



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E LEGISLAÇÃO
PARTICIPATIVA**

PRESIDENTE: RUBINHO NUNES/PROFESSOR TONINHO VESPOLI

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 03/06/2022

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Manifestação fora do microfone
- Exibição de imagens

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Muito bom dia a todos. Com a presença do presidente desta audiência pública, Vereador Rubinho Nunes, declaro abertos os trabalhos da 8ª Audiência Pública de 2022 que a Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa realiza hoje, 3 de junho.

Esta audiência foi convocada em atendimento ao Requerimento da CCJ nº 34/2021, de autoria do Vereador Rubinho Nunes, aprovado pela Comissão em 10/11/2021, tendo como pauta discutir o PL 562/2021, de autoria da Vereadora Janaína Lima, que dispõe sobre a instituição do Programa de Educação em Tempo Integral na Primeira Infância Obrigatória no município de São Paulo.

Registro a presença do Vereador Toninho Vespoli.

Informo que esta audiência pública está sendo transmitida no *site* e no canal do YouTube da Câmara Municipal de São Paulo e que a realização desta audiência vem sendo publicada no *Diário Oficial* desde 31/05 e nos jornais *O Estado de S.Paulo*, em 31/05, e na *Folha de S.Paulo*, em 01/06.

As inscrições para participação do público foram abertas no *site* da Câmara Municipal de São Paulo desde 31/05, devendo os inscritos participar pela plataforma *on-line*, conforme *link* enviado por *e-mail*. O público presente que desejar se manifestar deverá se inscrever com a Secretaria da Comissão. Cada inscrito terá até três minutos para se manifestar.

Foram convidados para esta audiência pública os Srs.: Fernando Padula Novaes, Secretário Municipal de Educação; Fabiana Zacarias Cesário Feitosa, Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, CMDCA – ambos não responderam ao convite. Também as Sras. Cida Freire, Eliana Bhering, Letícia Estraich e Sueli Amaral Melo, que serão representadas pelo Sr. Aleksandro do Nascimento Santos, que convido para compor a Mesa.

Sr. Aleksandro, bom dia. Fique à vontade e tome assento aonde for mais confortável.

Para dar início aos trabalhos, passo a palavra ao Sr. Alexsandro para sua explanação. Obrigado.

O SR. ALEXSANDRO DO NASCIMENTO SANTOS – Obrigado, Vereador Rubinho Nunes, na figura de quem cumprimento todos os Parlamentares que compõem a Comissão. Quero agradecer o convite para eu colaborar com alguma reflexão sobre esse PL e preparei uma breve apresentação.

- Orador passa a se referir a imagens na tela de projeção.

O SR. ALEXSANDRO DO NASCIMENTO SANTOS – Quero começar falando que essa reflexão é a partir de um lugar muito específico. Já fui servidor público da Secretaria Municipal de Educação e hoje sou Consultor Técnico Legislativo da área de educação na Câmara dos Vereadores. Sou parte do quadro efetivo dos servidores; desde 2019, presido a Escola do Parlamento; e, neste ano, passei a compor o Conselho Municipal de Educação.

—
Pode passar, por favor. Início dizendo que, na leitura do PL, parece-me importante posicionar um pouco onde é que estamos nas políticas públicas destinadas à infância, particularmente à primeira infância.

Quero lembrar que a Constituição de 88 e também o Estatuto da Criança e do Adolescente estabeleceram um novo marco normativo e também um novo marco de concepção sobre como o Estado Brasileiro olha e atende aos direitos de criança e adolescente. Até a Constituição de 88, a gente tinha um modelo de atenção à criança e adolescente no Brasil marcado pela doutrina da situação irregular. A gente vivia sob a vigência do Código de Menores e nele a atenção do Estado Brasileiro era focada apenas nas situações em que as crianças estavam, de alguma maneira, envolvidas no desvio da lei. Ou seja, crianças que estavam com seus direitos já violados ou crianças classificadas em contravenção, fora da lei. Esse era o modelo anterior à Constituição de 88 e ao Estatuto da Criança e do Adolescente, essa doutrina da situação irregular. E era uma doutrina danosa, porque ela deixava de considerar as crianças como sujeito de direitos e eram apenas objeto da ação do Estado, objeto da ação do Poder Público nas situações em que elas estavam num campo desviante das políticas.

Na Constituição de 88 e depois no Estatuto da Criança e do Adolescente, nós consagramos outro modelo do Estado Brasileiro para olhar para a criança e ao adolescente, que é a Doutrina da Proteção Integral, que está expressa de maneira bastante contundente no artigo 227, da Constituição, em que se estabelece a prioridade absoluta para o atendimento das crianças e adolescentes em todo o Estado Brasileiro, prioridade absoluta inclusive do ponto de vista do investimento orçamentário do estado na garantia de direitos.

Além disso, o artigo 227, da Constituição e o ECA deslocam a criança de um lugar de objeto das políticas públicas para um lugar de sujeito de direitos das políticas públicas. Isso parece mera retórica, mas não é. Quando a gente estabelece a criança como sujeito de direitos, a gente constrói todo um sistema de garantia desses direitos a partir da ação de políticas públicas e a partir de uma visão compartilhada da responsabilidade em que a sociedade civil, a família e o estado são parceiros na proteção e na garantia desses direitos.

Pode passar, por favor. Como eu falei bastante do artigo 227, eu o destaquei nesse *slide*. Esse é o artigo em que a gente diz que estabelece essa prioridade absoluta para o atendimento da criança e do adolescente na garantia do direito à vida, do direito à saúde, do direito à alimentação, do direito à educação, ao lazer, à profissionalização, enfim, ao conjunto de direitos de cidadania.

Além da Constituição Federal e do Estatuto da Criança e do Adolescente, em 2016, a gente conseguiu aprovar no Congresso Nacional o Marco Legal da Primeira Infância, que adiciona uma reflexão nessa fase da vida, do zero aos seis anos, que é uma fase determinante para as condições de desenvolvimento das crianças, e estabelece outros parâmetros adicionais para as políticas públicas destinadas à criança e ao adolescente. Eu destacaria alguns, mas vocês podem ver vários na tela. O primeiro deles tem a ver com a noção de cooperação federativa, quer dizer, os direitos da criança e do adolescente não são responsabilidade apenas de um nível da federação. Não é só para o município, ou só para o estado, ou só para a União focalizarem as políticas de primeira infância. Trata-se de uma atenção que tem que ter uma lógica

de colaboração federativa: estados, municípios e União trabalhando juntos para garantir os direitos às crianças e aos adolescentes.

Um segundo princípio importante do Marco Legal da Primeira Infância é a intersectorialidade. Trata-se de compreender que para a gente garantir os direitos das crianças na primeira infância, nós precisamos de uma articulação de diferentes secretarias, com seus diferentes conjuntos de atribuições para que a gente possa efetivamente garantir o desenvolvimento integral das crianças de zero a seis anos.

E um terceiro destaque que quero fazer no Marco Legal da Primeira Infância é a atenção que ele faz para a garantia de condições orçamentárias, de investimento público para a gente efetivar direitos de criança e adolescente no Brasil, nesse caso, nas crianças de zero a seis anos.

Quero dizer que cuidar bem das crianças de zero a seis anos custa, mas esse custo é investimento. A gente precisa entender que o orçamento precisa responder às necessidades sociais que o país tem. O orçamento precisa encontrar o caminho para garantir direitos das crianças de zero a seis anos. É isso que diz o Marco Legal da Primeira Infância. Por isso o argumento de que não temos dinheiro precisa ser questionado, porque a gente precisa colocar na frente qual é o princípio. E o princípio é a proteção integral. O princípio é garantir o desenvolvimento integral das crianças de zero a seis anos.

Pode passar, por favor. Além de a gente ter o Marco Legal da Primeira Infância, que é de nível nacional, a gente aprovou na Câmara Municipal de São Paulo a Lei Municipal 16.710 que estabelece parâmetros para políticas públicas de primeira infância aqui no Município, e a nossa legislação municipal reforça alguns avanços importantes do marco legal. Primeiro é a questão do investimento público, como eu estava destacando.

A desculpa de que não há recurso não pode ser aceita como definitiva quando a gente analisa as políticas públicas de criança e adolescente. Se não temos dinheiro, temos que construir as capacidades estatais para termos dinheiro para garantir os direitos que a gente prometeu que ia garantir.

Uma segunda questão importante é a valorização e o investimento na formação de todos os profissionais que atuam com a primeira infância. A gente está falando de profissionais de diferentes áreas: profissionais da educação, da saúde, da assistência social. Isso está no marco legal nacional da primeira infância e está na nossa lei municipal. É importante a gente entender que o trabalho com primeira infância é um trabalho complexo, que exige que os profissionais tenham direito à formação para compreender a complexidade do trabalho, para desenhar sua atuação no interesse da criança.

Pode passar, por favor.

Também quero trazer de novo que a nossa legislação municipal fala da abordagem multidisciplinar e intersetorial. Ou seja, não se trata de delegar a apenas uma secretaria ou apenas um conjunto de profissionais. O trabalho de garantia de direitos da primeira infância precisa ter uma lógica que produza uma ação articulada entre as secretarias e os profissionais, sobretudo as Secretarias de Educação, Saúde e Assistência Social, mas também secretarias que quase não são lembradas nesse debate: Secretaria de Cultura, Secretaria de Esporte e Lazer. Todas as secretarias precisam olhar para a prioridade absoluta estabelecida na Constituição Federal para as políticas de criança e adolescente.

E, por fim, o engajamento e a participação da sociedade civil, das famílias e das próprias crianças no desenho dessas políticas públicas.

Pode passar, por favor.

Então qual seria o padrão ouro para a gente pensar políticas de primeira infância? A gente precisaria pensar na intersetorialidade desde o processo de planejamento, passando pela execução e, também, no monitoramento e avaliação. A gente precisaria pensar que as políticas públicas precisam responder aos contextos e territórios em que as crianças vivem. Não dá para a gente pensar um único modelo de intervenção para todos os contextos, para todos os territórios. A gente já sabe disso, a ciência já nos informa que as políticas públicas precisam ser contextualizadas e territorializadas.

A articulação da formação inicial dos profissionais, que geralmente é uma formação disciplinar, com a formação continuada em perspectiva interdisciplinar. Ou seja, como é que a gente ajuda os profissionais da Educação a conversar com os profissionais da Saúde, com os profissionais da Assistência, com os profissionais da Cultura, de Esportes, de Lazer, para juntos aprenderem uns com os outros como é que se garantem os direitos de criança e adolescente, neste caso das crianças de zero a seis anos? Então eu preciso ter a intersetorialidade como um marco organizador desse processo de formação também.

As ações precisam ser regidas por uma lógica de participação, as famílias, a sociedade civil, as próprias crianças. Eu preciso ter protocolos que deem visibilidade para essa ação integrada, para essa ação intersetorial, e que permitam referência e contrarreferência.

O que é isso? As crianças são atendidas em vários serviços municipais e, na lógica padrão do Estado Brasileiro, cada serviço fica com um pedaço da informação da criança. Então a escola tem pouco acesso à informação da criança que está alocada na Secretaria de Saúde, na UBS, que tem pouco acesso à informação que está alocada no CRAS, que tem pouco acesso à informação que está alocada, sobre a família dela, no serviço de assistência. Então como é que a gente faz referência e contrarreferência? Que as unidades que atendem àquela criança possam dialogar sobre o que conhecem daquela família, sobre o que conhecem daquela criança, para gerar maior efetividade.

E, sobretudo, um sistema robusto de monitoramento e avaliação dos insumos, dos processos e dos resultados. Eu vou frisar isso: não basta avaliar resultado. É preciso avaliar também se as unidades que atendem essas crianças têm os insumos que elas precisam ter, se os processos que acontecem ali são eficientes, que deem conta da complexidade, para a gente pensar os resultados.

Pode passar, por favor.

E o que as pesquisas nos sinalizam e por que eu estou falando tudo isso? Porque eu quero olhar para o projeto de lei a partir do que as pesquisas sobre atendimento de crianças de zero a seis anos têm sinalizado no mundo inteiro. Primeiro item é aquilo em que eu tenho

insistido, que já está no nosso marco legal, mas nem sempre acontece na vida real. É que o sistema precisa ser integrado do ponto de vista intersetorial, especialmente nas áreas de educação, saúde e assistência social. Na evidência internacional, em todos os países que melhoraram muito os padrões de políticas de primeira infância, esse é um princípio organizador.

O segundo princípio é a ampliação do tempo de atenção, ampliar o tempo em que a criança está em serviços públicos que são comprometidos com o seu desenvolvimento. Isso tem um impacto significativo na redução das desigualdades. Se a gente quer diminuir as desigualdades que nós temos no nosso país, a gente precisa ter políticas comprometidas com a ampliação do tempo de atenção às crianças nos espaços públicos, nos serviços públicos.

Também precisamos pensar como é que a gente cuida da formação dos profissionais e do trabalho de integração que eles precisam ter no território. Essa ampliação do tempo da qual eu estou falando, quando a gente olha para a experiência internacional, nem sempre ela acontece através de uma política de educação. Quando a gente olha países como Portugal, Austrália, ou mesmo aqui da América Latina, Equador, El Salvador, às vezes a ampliação do tempo de atenção da criança se dá em outros serviços; se dá num serviço da assistência social, num serviço de cultura. Mas o nosso modelo, o modelo brasileiro para a primeira infância optou por fazer essa ampliação do tempo na Educação, por isso a gente tem discutido políticas de educação integral ou políticas de educação em tempo integral, que é o que projeto de lei da Vereadora Janaína propõe.

Pode passar, por favor.

Eu analisei o projeto de lei, confrontei com aquilo que as pesquisas dizem: o projeto de lei segue o modelo de ampliação de tempo da jornada escolar das crianças, considerando que esse é um tempo de atenção, cuidado e educação que tem alto impacto no desenvolvimento. Então esse é um princípio interessante, é um princípio que está convergente com o que a pesquisa diz. Se a gente ampliar o tempo de atenção, cuidado e educação, a gente fortalece as condições do desenvolvimento da criança de zero a seis anos.

Outro item importante é que o projeto de lei traz no seu texto um fortalecimento da visão intersetorial, inclusive propondo ações integradas da Assistência Social, da nossa SMADS, da Secretaria de Saúde, da Secretaria de Educação, na lógica de funcionamento dos Cemeis.

O projeto de lei traz a obrigatoriedade do atendimento de um certo grupo de crianças, especialmente as crianças que vivem em contextos de alta vulnerabilidade social. Acho que essa obrigatoriedade tem de ser discutido à luz dos territórios e dos contextos, mas me parece um bom princípio. Talvez a gente precise pensar nas famílias que optem por não ter esse atendimento em período integral, que alternativas a gente vai oferecer para elas naquele território, naquele contexto.

A discussão sobre como priorizar as crianças que serão atendidas nesses espaços tem que andar junto com a Secretaria Municipal de Educação, para a gente não gerar alguns desvios que às vezes as políticas de tempo integral geram. Vou fazer referência aqui ao Programa PEI, da rede estadual, que na sua primeira fase provocou um acirramento de desigualdades porque não prestou atenção nos territórios de alta vulnerabilidade social, nas famílias que mais precisavam].

Pode passar, por favor.

Um ponto de atenção que eu gostaria de trazer é sobre a jornada dos professores. O projeto de lei traz uma proposta de que os professores que atuem nos Cemeis sejam organizados uma jornada, que eu entendi que é a J40, que já existe na Secretaria Municipal de Educação, mas é reservada a um certo grupo de profissionais. Então tem que discutir com a categoria de professores e professoras e, também, com a Secretaria de Educação qual é esse modelo, mas acho que o princípio de que o professor deve também ter uma jornada integral é correto. Precisamos discutir qual é o melhor jeito de esse princípio se tornar uma norma.

Outro aspecto é que é preciso entender como que é a gente vai colocar dentro dessa jornada as situações de formação continuada dos professores e professoras. A gente precisa ter nitidez de que, sem um sistema robusto de formação continuada, o que a gente está sonhando não vai acontecer. Nós precisamos garantir que os professores e professoras tenham um tempo,

na jornada, para estudar, para preparar o seu trabalho pedagógico e para conversar nesse regime intersetorial. Se tem que aumentar o contato, a relação dos professores e professoras com a Assistência Social, com a Saúde, com a Cultura, isso tem de estar previsto na jornada do professor como um tempo importante.

O projeto político-pedagógico dos Cemeis precisa prestar atenção, porque não é a simples sobreposição dos nossos CEIs com as nossas EMEIs; não é isso, não é ter duas escolas funcionando dentro de um prédio só. Então esse projeto pedagógico tem que reconhecer que se trata de uma unidade educacional com um projeto formativo que pensa a criança como um sujeito de direitos do zero aos seis anos.

Acho que é importante ter a explicitação de indicadores para avaliar os insumos, os processos e os resultados dessa política. O Brasil não tem tempo e também não tem recurso financeiro para perder com políticas que não têm avaliação de insumos, de processos e de resultados. Eu insisto: insumos, processos e, também, resultados. Não basta fazer avaliação de resultado, porque avaliação de resultado esconde desigualdades de insumos e de processos, então como é que se articulam as três coisas.

Acho que tem de explicitar um pouco, não sei se no PL ou, depois, em legislação complementar, como é que se vão estabelecer os protocolos de colaboração com as famílias.

E, por fim, o PL traz a ampliação do grupo gestor, agora com dois assistentes de direção e dois coordenadores pedagógicos. Acho que isso é um grande destaque positivo do projeto, porque a complexidade da proposta que estamos trazendo demanda mesmo que a gestão da escola seja um pouco maior.

Por favor, pode passar. Já estou terminando.

Acho que temos de pensar – um desafio – na equalização da demanda, quatro e cinco anos. Na cidade de São Paulo tem zero fila, mas isso não é tão simples. Algumas regiões da Cidade têm classes de EMEI com bastante criança, mais do que seria indicado. Então tudo bem, não tem fila na EMEI, mas é preciso pensar como a implementação do modelo novo do Cemei pode interferir no atendimento de quatro e cinco. De zero a três tem o desafio histórico.

Precisa pensar, como eu falei, em como criar essa jornada diferenciada do professor, para a gente cuidar de todos os aspectos que isso envolve. Evitar a segregação do território. Destaco aqui a necessidade de uma formação específica para os gestores e gestoras escolares. Estou falando dos diretores e diretoras, dos assistentes de direção e dos coordenadores e coordenadoras pedagógicos para esse modelo do Cemei. Todo mundo precisa de formação, mas estamos propondo a reorganização de um certo tipo de unidade, temos de pensar que especificidade isso traz para a formação.

E acho que temos de contar com uma resistência ou uma fragilidade da ação intersetorial. Isso não é uma coisa só da Prefeitura de São Paulo, é um problema da administração pública brasileira, que é muito compartimentalizada e traz desafios toda vez que se fala de ação intersetorial.

Pode passar. Acho que é o último, o próximo.

Quero só finalizar destacando de novo: o meu lugar de fala é um lugar de fala muito específico. Eu já fui professor da rede municipal, já trabalhei em espaços de educação infantil, fui professor do Centro de Educação Infantil Padre Gregório Westrupp, fui coordenador pedagógico, mas hoje não trabalho na rede municipal, então meu lugar de fala é muito específico. Sou Diretor-Presidente da Escola do Parlamento, sou servidor de carreira da Câmara no único cargo de Consultor Técnico Legislativo da área de educação, então a minha entrada é técnica por aqui.

Quero ressaltar a importância desse projeto de lei no sentido de fortalecer uma inovação que a Secretaria Municipal de Educação tem, que são os Cemeis, fortalecer essa inovação e fazê-la gerar mais resultados, sobretudo no enfrentamento às desigualdades.

Então quero parabenizar a Vereadora Janaína pela proposta do projeto de lei e dizer que, de minha parte, a lógica do projeto de lei me parece muito interessante, muito potente. Precisa cuidar de aspectos, como eu destaquei aqui, que podem gerar distorções, mas avalio que o projeto de lei tem muita potência para melhorar a qualidade da escola, do sistema de educação infantil da Cidade.

O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes) – Vou passar a palavra agora para as pessoas inscritas presencialmente, mas não sem antes convidar o Vereador Toninho Vespoli para assumir a presidência desta audiência pública, tendo em vista que eu preciso me ausentar temporariamente para um compromisso.

Convido a Sra. Claude Alves, ex-Vereadora desta Casa, para que tome assento à mesa e faça as suas explanações.

Desde já agradeço a todos e parabênzo mais uma vez a Vereadora Janaína pela iniciativa do projeto.

- Assume a presidência o Sr. Toninho Vespoli.

O SR. PRESIDENTE (Toninho Vespoli) – Como a Claudete Alves já anunciada, a Claudete fala e depois nós daremos a palavra à Suely Amaral Mello.

A SRA. CLAUDETE ALVES – Bom dia. Na pessoa do Presidente desta sessão, que agora assume, quero cumprimentar o homem desta mesa e a Vereadora proponente do projeto que estamos debatendo. Quero saudar todos os educadores presentes e os que acompanham esta sessão.

Também quero agradecer a possibilidade de sentar-me a esta mesa, devido ao fato de eu ter sido a proponente da lei que regulamentou os territórios da infância na cidade de São Paulo que, por meio dessa propositura, poderá sofrer várias alterações. Quero acreditar que é de boa intenção, mas, diferentemente, do aceno positivo que o Alex colocou, eu tenho algumas discordâncias; mas nada que inviabilize nós dialogarmos para avançar.

Primeiro quero contextualizar algumas coisas que me parecem que não foram colocadas, Alex, talvez devido ao não pertencimento a esse território de infância desde que a rede municipal, tanto da Secretaria de Assistência Social quanto da de Educação, começou a regulamentar e a se responsabilizar, Vereadora Janaína, por esse atendimento.

Eu costumo dizer que o atendimento da educação infantil é herdeiro, do ponto de vista da sua integralidade, da roda dos expostos e da roda dos excluídos quando passa, a partir de uma cobrança da luta das mulheres por creches, a ser política pública. Aqui na cidade de São

Paulo, isso se inicia por volta de meados da década de 1970. Desde então nós temos convivido com algumas incompreensões de que atendimento é esse.

Num primeiro momento ele era legislado, observado e ofertado para atender à demanda das mulheres que precisavam deixar seus filhos para poderem trabalhar. Mas eu tive a felicidade de beber Paulo Freire na sua essência e participar de um grupo de educadores teóricos que são os maiores especialistas da educação infantil no Brasil, que já tinha muito explicitado quem tinha que gerir esse atendimento e qual era a característica dele.

Já desde o final da década de 70, eu participo com membros da Academia, teóricos da educação infantil, que já sabiam que aquela máxima de Paulo Freire: professora sim, tia, não, era o balizador desse atendimento que extrapolava uma convicção cultural de que era apenas um atendimento de guarda dessas crianças para um direito a essas crianças, independentemente, do seu estrato social a ter direito à educação infantil.

Como você também registrou o seu lugar de fala, eu quero registrar, Vereador e Vereadora Janaína, até para vocês entenderem algumas observações aqui que vou elencar.

Se vocês forem visitar os anais do Congresso Nacional, na década que antecedeu a LDB de 96, vocês vão encontrar meu nome lá, nas inúmeras reuniões que tivemos com Darcy Ribeiro para fazer um feito extraordinário que foi o de superar todas as resistências à época que antecedeu a LDB de 96, para consignarmos na regulamentação da Constituição Federal, que a educação infantil é a primeira etapa da educação básica.

Só por isso, foram anos de luta, muitas idas e vindas em ônibus que, época, não dava para ir de avião, para articular com o Darcy e outros pensadores da educação infantil, para que tivéssemos consignado esse reconhecimento que foi muito importante.

A partir dele nos possibilitou fazer, por exemplo, na maior rede da cidade de São Paulo, o reconhecimento legal dos filhos bastardos da educação. E aqui já vai um reparo na compreensão do que foi explicitado. Esses territórios nunca deixaram de atender na integralidade as crianças.

Na proposta, Vereadora Janaína, me parece, até pediria para a sua assessoria fazer essa pesquisa, que não é verdade que não se atende, de forma integral, na rede direta, as crianças de zero a cinco anos, onze meses e 29 dias, hoje.

Eu posso aqui citar várias que sempre mantiveram esse atendimento integral.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. CLAUDETE ALVES - Sim, tem algumas, sim. Então. Deixa-me dizer. Eu estou dizendo do ponto de vista da política. Aí eu vou explicar o porquê do estranhamento e o desconhecimento. O texto da LDB fala que o atendimento preferencialmente é de zero a quatro em creche; de quatro a seis, na pré-escola.

Aqui em São Paulo, nós tivemos a felicidade, não sei se vocês sabem, fui eu que mudei a denominação de creches para Centros de Educação Infantil, posteriormente, o Projeto Ora que Agora Pode Modificar, eu apresentei lá atrás no Cemei, que difere em alguns momentos.

É importante nós...

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. CLAUDETE ALVES - Sim, aperfeiçoamentos são sempre bem-vindos, mas eles têm de ser propostos e implementados com conhecimento que, me parece, em alguns momentos – não é crítica, mas observação – eu não verifico.

Primeiro vamos entender o atendimento. O atendimento na rede direta e na rede parceira nunca deixou, devido o texto possível que nós negociamos com o Darcy Ribeiro, sem integral. Então nós temos seis diretas, eu posso citar.

Só gostaria para garantir, senão vou perder o raciocínio, que eu acho que são informações importantes aqui, para subsidiar o debate.

Nunca deixou de ser integral na rede direta mesmo quando essa tinha a denominação de creche. Ocorre que por vezes e por equívocos administrativos a gente trata esse atendimento na cidade de São Paulo como política de governo, não como política de estado. E aí, dependendo do governo de plantão – não estou entrando no mérito de qual o

governo e qual coloração partidária – você oferta mais ou menos esse atendimento integral. Mas a grande maioria, tanto da rede parceira quanto da rede conveniada, nunca deixou de atender.

Hoje, mesmo nos Cemeis o atendimento é integral, caso tenha a opção. Como funciona? Como nós organizamos esse atendimento? Antes, até por uma questão cultural, até para garantir a formação respaldadas na ciência, nos pensadores da educação infantil, tanto do campo da psicologia como da pedagogia, convencionou-se que o número de profissionais nesses equipamentos seria prejudicial mais do que dois. Um insuficiente.

Por isso, a gente não concorda com o atendimento da rede parceira que fica com salas lotadas apenas com profissionais. Aí é mais fácil justificar a prevalência pelo atendimento, porque ele custa menos do ponto de vista das afirmações.

A definição de dois turnos de atendimento no CEI, que é integral, de 25 horas com crianças de 60 minutos e de cinco horas, até aí tem raízes fundantes com respaldo da ciência, dos profissionais do campo da psicologia e da pedagogia, para definir o atendimento para não gerar prejuízos na sua qualidade vincular com a criança.

Esse atendimento que era de 12 horas - olhem para ver como me parece que precisa pesquisar mais a respeito – por mais de quatro décadas foi de 12 horas, integral. Nós regulamentamos as jornadas do professor para garantir a qualidade do atendimento para as crianças principalmente. Era de 12 horas.

Eu, quando estava nesta Casa na função dos cargos que vocês hoje ocupam, aprovei uma lei reduzindo de 12 para 10. E aí houve várias controvérsias e o Kassab terminou sacramentando.

Hoje, nós já temos na rede um atendimento integral em toda rede, mesmo dentro dos Cemeis, integral de 10 horas. Os pais que ficam com essa opção, tem atendimento em toda rede independentemente de ser Cemei ou CEI, de 10 horas integral.

No caso do Cemei que foi uma política pública que se originou de um projeto que apresentei para aperfeiçoar um processo que nós denominamos reconhecimento dos filhos bastardos da educação.

Eu tenho um lugar de fala, Vereadora. Alegre-se, Presidente, e todos que me ouvem, eu tenho 62 anos de idade, 40 anos deles dedicados a conferir o reconhecimento dos filhos bastardos da educação como educadores e professores. Toda luta, toda produção legislativa, toda cobrança, sempre veio no sentido.

O aperfeiçoamento das produções e das intervenções que nós fizemos, eles são meritórios, não sou contra eles. O meu problema é de proposições que, talvez, por desconhecimento de alguns, não a estou responsabilizando, demonstram um desconhecimento do funcionamento.

Até em respeito ao tempo que foi me dado, quero elencar algumas das preocupações.

Primeira: a proposição fala que é garantir para 25% dos Cemeis e regiões de extrema vulnerabilidade social, a integralidade. Há uma incongruência aí, porque o atendimento já é integral. O que ocorre? A faixa etária de quatro a seis anos, em alguns deles, em respeito à jornada, não é integral, mas é de seis horas, já foi de quatro. Então a gente está ampliando.

Nós temos defendido na nossa proposta de Cemei que, após a minha saída, o Vereador Donato reapresentou o projeto e aprovou em primeira, respeitar a jornada da criança, a jornada dos profissionais que lá estão. Mas a gente precisa observar que o atendimento já é integral nessa faixa etária. Ele também é integral, Vereadora, na maioria das EMElS, porque como é política de governo, é a DRE que determina onde vai abrir as respectivas faixas etárias.

Nós temos atendimento, cito aqui um, é próximo, é legal a gente dar nome, Neide Ketelhut, um CEI Direto, trabalho primoroso, nunca deixou de atender a faixa etária da educação infantil por 10 horas. Como lá, há outros. Então não corresponde à realidade dizer que depois pode até estender para os demais equipamentos da rede esse atendimento integral, porque ele já o é, inclusive, no Cemei.

Aí eu queria observar de uma das preocupações que eu tenho, que é relacionada à jornada integral, que propõe aos funcionários que fiquem nesses Cemeis a jornada integral de 40 horas. Então a gente precisa, aí, entender as jornadas da educação infantil. Vinte e cinco

mais cinco de hora relógio de 60 minutos, em dois turnos, que garantem, na maioria da rede já é o atendimento integral de 10 horas.

Só por opção dos pais é que ele não ocorre. Na faixa etária de quatro a seis, em unidades que fazem essa segmentação, no caso da EMEI, é de seis horas. Nas EMEIs dos Cemeis idem, com uma jornada de vinte e cinco e mais cinco em JEIF ou de 25 mais cinco em JBD. Aí sim, pode assistir razão à senhora quando fala dessa faixa etária na EMEI.

Mas qual é o problema? Como você organiza, Vereador Toninho, a jornada da educação infantil sem uma reestruturação geral do Magistério? E aqui registre-se, eu não estou propondo isso. A proposta que eu defendo para que avancemos na qualidade do atendimento da educação infantil, houve vários avanços com a observação dos senhores, com a fiscalização, enfim. É uma reorganização que trate as crianças da cidade de São Paulo não como primeira, segunda, terceira categoria, do ponto de vista do direito a ela., independentemente, da assistência para garantir o local que os seus pais têm que confiar aos Estado para poderem trabalhar. Não é isso.

Eu acho que esta Casa tem a responsabilidade, primeiro, de pensar que esse atendimento ofertado. Posso conferir a vocês que é um dos melhores do Brasil, devido a todas as intervenções que foram feitas, desde o ponto de vista da formação dos educadores que nós gastamos muito dinheiro. O Alex, inclusive, foi coordenador de um curso universitário que eu banquei emendas parlamentares para garantir para a rede, não só de CEI que, depois, beneficiou, inclusive, professores de ensino fundamental.

Nós temos uma rede com uma das melhores formações, capacitação, saímos daquele estágio da Secretaria da Assistência, porque acho que a assistência na educação, frisando, Vereador, ela não só tem de permear essa fase inicial da educação, que é a primeira infância, ela ter que permear todas as etapas com os educandos, mas eu tenho uma preocupação que dá forma de trazer a Secretaria da Assistência para intermediar relações e possibilidades na educação, pode desorganizar, do ponto de vista do projeto político pedagógico os avanços que nós tivemos.

Porque não é simples você organizar o território, organizar o atendimento, do ponto de vista do avanço, do cuidado, porque o cuidado ao educar não é desassociado. Esse atendimento foi pensado. Os educadores têm formação permanente, ofertada pela Secretaria Municipal da Educação, pelos Sindicatos, até pela própria Câmara Municipal. Sempre há melhores avanços. Entretanto, a gente tem que ver que tipo de complementação é essa para a gente não voltar ao passado, que é uma grande preocupação.

Quando nós trouxemos e vai fazer - para concluir, Vereador - 20 anos das transformações que nós ajudamos operar na maior rede da educação infantil da cidade de São Paulo.

Eu queria dizer que na atual conjuntura propor mudanças na jornada de professores e da organização, eu vejo com muita preocupação e com bastante contrariedade. Acho que políticas que possam assistir as crianças e a comunidade, as mães, atreladas à Secretaria da Assistência Social, são bem-vindas, mas não da forma como proposta que vai interferir na jornada, na organização, no pensamento e mais, para eu concluir, a liberdade de cátedra.

A gente tem visto que a liberdade de cátedra, algo tão imprescindível para qualidade da educação, tem sido ameaçada na nossa cidade em várias proposituras. Eu também vejo nessa propositura a liberdade de cátedra, tão valorosa para que nós tenhamos uma assistência de qualidade a educação...

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. CLAUDETE ALVES – Em vários, como, por exemplo, quando infere a questão da formulação de propostas de formação, colocando, Vereadora, nas costas da escola uma responsabilidade que não é dela. Eu acho que a intenção é boa, mas ela não teria de permear os artigos do projeto, porque, mais uma vez, joga responsabilidades que não são da escola e, em um território tão sensível, tão delicado...

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. CLAUDETE ALVES – Não, interfere, porque, em vários artigos do projeto coloca a questão dos agentes comunitários, de SMADS, de pensar programação, de materiais, de conteúdos. Então...

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. CLAUDETE ALVES – Não, mas, são políticas que podem acontecer, não como...

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. CLAUDETE ALVES – Não é acusação. É constatação.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. CLAUDETE ALVES – Sim, a liberdade de cátedra, nessa propositura, não fica garantida – e não é acusação.

A minha colaboração, aqui, é no sentido de pensar nas preocupações que não sou eu que estou tendo, porque, assim, a proposta não é demeritória. Não foi isso que eu disse. Eu disse que o próprio texto demonstra coisas que não correspondem à realidade. Por exemplo, garantir o atendimento integral – nós já temos esse atendimento integral e...

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. CLAUDETE ALVES – Não, de 10 horas, Vereadora...

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. CLAUDETE ALVES – Sim, mas, dentro do Cemei... Mas, eu disse que, na rede, Vereadora...

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. CLAUDETE ALVES – Vereadora, eu, inclusive, sou uma defensora da educação infantil como um todo. Eu acho que as várias denominações que se tenha... Já me sentei várias vezes com governos. A sucessiva gestão, nessa linha, da integração da educação infantil... A maioria das cidades brasileiras é assim. Eu sou defensora disso.

Agora, o que eu estou dizendo é que afirmações de que dentro do Cemei não é integral e na rede não é integral... Eu estou dizendo à senhora que este atendimento é integral.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. CLAUDETE ALVES – Não, a faixa etária...

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. CLAUDETE ALVES – O que eu estou dizendo é que, de quatro a seis, dentro do Cemei, não, mas, de quatro a seis, em outras unidades, o que é uma realidade da rede, ele é integral. E, aí...

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. CLAUDETE ALVES – Não, mas, depende da determinação da DRE. Se a DRE determina que no CEI vai se atender essa faixa etária, isso ocorre. Já é integral. A determinação é da DRE, que abre salas – integral ou não, tirando no Cemei.

O que eu acho que a reorganização... Aí, eu concordo com a senhora.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. CLAUDETE ALVES – É que ela está fazendo a pergunta para mim. Eu quero finalizar.

A reorganização da rede, do ponto de vista de garantir a integralidade... Ótimo, é perfeito. Agora, tem... Vemos com problemas...

Eu vou finalizar, para haver mais pessoas. Eu quero agradecer a tolerância.

Registrando: aqui, eu não estou fazendo acusações. Eu legislei, por ser uma pessoa especialista na educação infantil. Não há uma vírgula, na cidade de São Paulo, que se inferiu, nas modificações da educação infantil, com que nós não colaboramos e que não ajudamos a pensar e gestar. Então, as minhas observações são nesse sentido e, em um momento tão difícil pelo que passa o conjunto dos professores do Brasil, que foram escolhidos como o bode de todos os problemas, não tendo reconhecimento da importância desses profissionais, para proposituras que interferem na jornada, da forma como está proposta, eu quero sugerir que ouçamos a rede como um todo, para pensar junto, inclusive.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. CLAUDETE ALVES – Agora, então, quais professores?

Por fim, quero fazer essa solicitação. Eu estou de licença do sindicato que eu presido, até por questões óbvias de legislação, mas eu converso com os educadores na cidade toda. Em todas as escolas que eu tenho visitado e falado fora das escolas, ninguém disse que debateu e conhecia essa proposta. Eu quero passar essa preocupação para a senhora, porque mexe com a vida – e não é só com a vida. Não estou defendendo a questão corporativa. Mexe com a qualidade vincular, que é uma questão muito delicada, nos territórios da infância.

Então, eu quero agradecer e dizer que, assim, não é crítica. Não são acusações, mas são observações para quem legislou, regulamentou e reconheceu esses territórios como territórios, do ponto de vista do direito da criança, e com profissionais que eu acho que têm de ter, agora, investimento do Poder Público, para fazerem mestrados e doutorados, porque toda formação contínua é voltada para garantir a qualidade do atendimento.

Obrigada, Presidente. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Obrigado, Sra. Claudete, que foi Vereadora nesta Casa. Sempre tem essa consideração, como Vereadora, e mostra, assim, um conhecimento da educação infantil. Tenho certeza de que a Vereadora Janaína Lima deve refletir bastante sobre sua intervenção. Poderia, até, de repente, bater esse papo, uma hora. Acho que vou convidar a Sra. Claudete, porque tenho certeza de que tem bastante coisa para colaborar. De repente, há alguma coisa na lei que pode ser modificada e melhorada.

A SRA. JANAÍNA LIMA – Vereador Professor Toninho Vespoli, eu sempre gosto de falar ao final das audiências públicas do meu projeto, mas a Sra. Claudete e eu sempre tivemos um ótimo relacionamento. Sempre admirei seu trabalho. Foi autora da Lei da Consciência Negra, uma lei que foi importante e firmou um marco na cidade. Eu acho que tem grandes proposituras na Casa, não só do tempo em que foi Vereadora, mas deste período, também, em que ficou como Presidente do sindicato. Continua sendo uma grande personalidade na atuação da educação infantil.

Agora, o que estranhei foram as sérias acusações que fez ao meu projeto. Meu projeto é totalmente técnico. Assim, você acusar um projeto de querer influenciar na liberdade

de cátedra, de querer alterar... Não, não foi com esse intuito. Então, meu gabinete sempre esteve aberto. A senhora sabe disso. Sempre nos tratamos com muita urbanidade, com muito carinho, uma com a outra. Então, o meu gabinete está aberto para a senhora se sentar, conversar, apresentar as suas sugestões, de modo educado, sem acusações, sem querer desmerecer das pessoas que construíram.

A SRA. CLAUDETE ALVES – Não são acusações. Em momento nenhum...

A SRA. JANAÍNA LIMA – Eu acho que, se um professor colaborou, esse professor merece respeito. Embora a democracia seja a ditadura da maioria, a minoria também precisa ser ouvida. Então, eu quero entender o que é essa maioria de que a senhora está falando, porque muitos professores me ajudaram a construir.

Eu estou aberta, mas precisamos respeitar, também, o trabalho do outro. Da mesma forma que eu sempre respeitei o seu trabalho, eu peço que venha à audiência do meu projeto com muito respeito, também.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Então, só uma questão, até para a Vereadora Janaína Lima: no primeiro mandato, eu fui fazer um projeto que eu achei superbom sobre a questão de doulas, para garantir o direito das doulas nos equipamentos públicos de saúde. No meu projeto, eu quis destacar as doulas, colocando a palavra entre aspas, e o entendimento das pessoas que têm muito conhecimento sobre isso chegou até mim. Falaram: “Toninho, está totalmente equivocado colocar entre aspas esse ‘doulas’, aí, porque fica parecendo uma coisa que não tem nome certo, que as pessoas nem entendem direito.”

Então, às vezes, fazemos algo com uma intenção. Aí, vem um pessoal técnico e acaba chamando a nossa atenção para alguma coisa, mas eu acho que vale a pena, sim, conversarem, porque eu percebo que, de repente, há questões técnicas de que a Sra. Claudete fala que são uma questão histórica.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Sim, sim, com certeza. A próxima é a Sra. Suely Amaral Mello. Na sua fala, encerramos as inscrições. Sra. Suely, está *online*?

A SRA. SUELY AMARAL MELLO – Estou, sim. Vocês me ouvem?

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Sim, a palavra é sua.

A SRA. SUELY AMARAL MELLO – Perfeito. Muito obrigada. Boa tarde a todas. Eu quero cumprimentar a vereança presente, as colegas educadoras e educadores que nos acompanham pela internet, as pessoas presentes. Quero começar por parabenizar e agradecer à Vereadora Janaína Lima pela proposta, pelo projeto de lei, porque eu respeito muito o trabalho da Claudete, alguém que tenho acompanhado, já, de algum tempo, mas quero falar do ponto de vista das crianças.

Em que, de fato, esse PL avança e por que ele é tão importante? Temos discutido o PL e, para localizar, nós constituímos um grupo de trabalho, do qual participaram várias pessoas, inclusive, todas as gestoras e algumas professoras de todos os Cemeis, para aprofundarmos o projeto e fazermos sugestões ao PL da Vereadora Janaína Lima.

Eu começaria dizendo que faz muito pouco tempo que a ciência descobriu a importância da educação das crianças pequenas. Quando eu digo “a ciência”, quero dizer: a psicologia, a pedagogia, a sociologia, a antropologia – mas, além delas, também as neurociências perceberam a importância da educação de zero a seis anos. Inclusive, quando essas primeiras informações vêm à tona, sobre o processo de construção do cérebro e de produção da inteligência e da personalidade humana como produtos da educação, como produtos das experiências vividas pelas crianças, desde que nascem, na época, Clinton era Presidente dos Estados Unidos e eu acho isto muito significativo: ele vem em rede nacional, no horário nobre, trazer essa informação para pais e educadores.

O que é que nós sabemos hoje sobre a educação das nossas crianças, especialmente sobre as crianças mais pequeninhas? Isso traz uma reviravolta no processo educativo. O prêmio Nobel de economia do ano 2000, por exemplo, fez um estudo longitudinal

interessante, onde ele mostra que, a cada dólar investido na educação de zero a seis anos, o país economiza sete em combate à violência, em desemprego, em recuperação das pessoas. Então, investir na educação de zero a seis anos é fundamental.

O que é que estamos propondo, de verdade, tendo estudado esse PL? Nós estamos propondo alguma coisa que é fundamental do ponto de vista da educação e do desenvolvimento das crianças: em lugar de nós termos duas escolas diferentes no Cemei, termos uma única escola que atende a todas as crianças em período integral. Eu quero discordar da Claudete, quando ela diz que essa condição já está colocada. Nos Cemeis, a educação de zero a três anos acontece em período integral, mas a educação das crianças de quatro a seis, não.

Entendo que hoje as mulheres trabalham fora e que, nas regiões mais vulneráveis, esse trabalho acontece inevitavelmente. Não é uma escolha das mulheres. É uma necessidade da sua sobrevivência. Sabemos que muitas dessas mães, hoje, são cabeças de casal. São as pessoas que são as únicas responsáveis pela sobrevivência da família. As estatísticas mostram isso. Então, as mães trabalham e as crianças de quatro a seis anos, quando terminam seu período no Cemei, ficam espontaneamente cuidadas por irmãos, que muitas vezes são só um pouquinho mais velhos, por alguma família colaboradora, por algum parente, quando a pessoa tem algum parente nas imediações da sua casa.

Ou seja, eu não entendo, inclusive, como as famílias conseguem se adaptar a isso e, certamente, isso acontece para o prejuízo das crianças. Entre zero e seis anos, as crianças precisam de atenção profissional, desse professor, que deve ser constantemente formado, porque essa educação continuada é que garante que nós vamos nos apropriando do conjunto dos novos conhecimentos que vamos construindo acerca das crianças pequenas e do seu desenvolvimento.

Então, essa proposta de articular o Cemei como uma escola única, nesse prédio, e não duas escolas, o CEI e a EMEI, já vem sendo discutida há muito tempo na cidade de São Paulo. Ela já está presente na discussão do currículo integrador, que foi elaborado ao longo de 2013 e 2014 e foi publicado em 2015, mas já era uma proposta que vinha sendo gestada na rede

antes disso, a de pensar que a criança que entra na creche, no CEI, é a mesma criança que vai continuar na EMEI. Ela precisa ser tratada com o mesmo cuidado, com a mesma educação e com a mesma responsabilidade, por professores que são educados, formados continuamente para isso.

É importante destacarmos que nesse período, de zero a seis anos, não há uma descontinuidade no desenvolvimento psíquico da criança. Ao contrário, há uma continuidade e, à medida que as crianças vão crescendo, mais importante ainda é que elas tenham uma educação em período integral, por profissionais formados para isso. Então, defender a ideia do Cemei em período integral – eu quero discordar, desse ponto de vista, da Claudete – é avançar na qualidade da educação paulistana. Nós não estamos atrasando. Pelo contrário, estamos nos igualando às melhores propostas de educação que acontecem.

Não tem sentido algum abandonarmos as crianças de quatro a seis anos, especialmente nas áreas mais vulneráveis, em metade do período. A criança fica por seis horas na escola e vai para casa. Quanto mais investirmos na educação dessas crianças, repito, mais nós estaremos garantindo adultos integrados à sociedade, cidadãos. Eu acho que a construção do nosso país depende disso, depende dessa educação infantil de qualidade e essa educação infantil de qualidade avança, quando a gente pensa nos Cemeis como atendimento integral, em período integral, para todas as crianças.

Esse é um movimento que aos poucos vamos ter de viver na rede de São Paulo como um todo. A educação de quatro a seis anos como uma escolha dos pais por meio período, mas como uma escolha dos pais, também, no período integral. Então, eu acho que esse é o primeiro passo nesse importante caminho que a gente precisará fazer e é o caminho inevitável do desenvolvimento educacional, de uma política educacional que contemple de fato as necessidades das crianças de zero a seis anos.

Hoje a gente já fala em atendimento em período integral, também, na escola de ensino fundamental. Então, está mais do que na hora da gente fazer isso e fazer isso com qualidade. Então, eu quero reiterar essa ideia de que o atendimento, hoje, acontece fragmentado.

E ele acontece fragmentado em prejuízo do desenvolvimento cultural, intelectual e do desenvolvimento da personalidade das crianças.

Então, esse é um movimento que São Paulo começa a fazer. Eu não sei se no Brasil será o primeiro, mas de qualquer modo, não podemos nos dar ao luxo de sermos os últimos. Sempre digo que a educação que São Paulo faz é um farol para o país. E é importante que a gente o faça com qualidade. Avançar no atendimento articulado das crianças é garantir a qualidade da educação de zero a seis anos, que é uma qualidade que hoje está truncada, porque eu volto a repetir, em meio período a criança está na escola e a gente luta para que esse atendimento seja feito por profissionais qualificados. Mas, no outro período, infelizmente, as crianças estão tendo uma atenção espontânea e, muitas vezes, essa atenção espontânea é compartilhada pela televisão. Sabemos que isso é um problema, do ponto de vista do desenvolvimento humano, porque as telas na pequena idade são um problema. Por melhor que sejam as escolhas, pois a gente sabe também que as escolhas são muito duvidosas, em relação aos programas de TV que são atendidos pelas crianças. Mas, as telas são largamente desaconselhadas, hoje, para todas as crianças até os seis anos de idade. Sabemos, muitas vezes, que é essa babá eletrônica que vai cuidar das crianças nesse período em que elas não estão na escola.

Então, eu quero terminar a minha fala me colocando à disposição. Sou uma estudiosa da educação infantil. Tenho pesquisado, nos últimos 40 anos, sobre essa questão e quero me colocar à disposição para outras questões que forem importantes.

Mas, quero terminar fazendo um apelo pela aprovação desse projeto, que muito engrandece a possibilidade de atendermos as nossas crianças com qualidade.

Agradeço à Vereadora Janaína pela proposição e agradeço à atenção de todos.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Obrigado, Suely.

Falaram à Mesa e tiveram entre dez a doze minutos. Agora, falarão os inscrtitos por três minutos cada um.

A Vereadora Janaína quer falar neste momento. Depois, iremos para os inscritos, por três minutos cada um.

A SRA. JANAINA LIMA – Primeiro, eu quero agradecer ao Vereador Toninho, como membro da Comissão de Constituição e Justiça, prontamente, como uma grande voz dentro dessa Casa, trabalhando pela educação. Então, prontamente está aqui nos apoiando e também batalhando para construir um diálogo democrático. É essa a beleza da democracia que a gente tanto luta, para que as vozes diferentes possam coexistir e que, através dessas diferenças, possamos entregar o melhor que a sociedade tem.

Esse projeto de lei foi construído com vários profissionais da educação. Quero saudar, inclusive, a Suely Amaral, que é uma dessas profissionais, que trouxe a vivência de quem está lá na ponta nos dias de hoje, lutando para que as crianças sejam realmente prioridade e foco no pensamento da política pública. Obviamente, a educação infantil, especialmente quando a gente fala dos Cemeis é uma política acolhida de forma integral, inclusive no currículo atual, no currículo municipal da educação infantil. Inclusive, é um currículo premiado pelas Nações Unidas e reconhecido mundialmente. Então, é um grande orgulho para a cidade São Paulo ter a oportunidade de colocar em prática um currículo tão inovador.

Mas, o que precisamos discutir de uma forma técnica e qualificada - e estou à disposição -, é que isso não está contemplando a ampliação do tempo desses profissionais. Os profissionais sempre questionam muito quando olham sobre o prisma da criança, em que as crianças de quatro e cinco anos ficam apenas seis horas na escola. Isso é um choque muito grande para a criança que está ali. Ela vem dentro de uma política de educação infantil, as creches, que são CEIs, passa dez horas. Há todo um trabalho, cinco refeições, todo um trabalho de vínculo, um trabalho de intersectorialidade, de multisetorialidade, em que a criança é olhada no espectro maior, integrando saúde, assistência, E, quando ela chega na EMEI, esse projeto, de uma certa forma, tem uma distinção muito grande, não tem essa coisa. É, inclusive, uma visão que sempre foi muito apoiada pela Sra. Claudete, que é a questão dos Cemeis.

E, agora, a forma como isso vai se dar, a gente está aqui para construir democraticamente, com respeito às diferenças, e respeitando o trabalho, também, de outros vereadores que dão sequência e chegam aqui com suas opiniões, com seus núcleos de apoio. A educação tem essa diversidade.

É por isso que eu apoio a liberdade de cátedra, porque a liberdade de cátedra permite isso. Não é uma ditadura de opinião, a minha está certa, só a minha está certa. Não. Outras pessoas também possuem razão. Meu avô sempre dizia que a gente tem um olhar, o outro tem outro olhar e, somando os olhares, a gente consegue alcançar ainda mais um novo olhar mais amplo, mais completo. Então, eu fico feliz que a gente conseguiu estabelecer um debate dessa forma.

Gostaria até de verificar se o Alessandro gostaria de fazer um complemento da fala técnica, diante de toda a discussão, e a gente buscar e encerrar a Mesa para podermos ouvir as pessoas que estão inscritas.

O SR. ALEXSANDRO - Muito pontualmente só, porque a sempre Vereadora Claudete falou do meu nome e quero registrar o meu respeito à trajetória e ao trabalho dela, ao longo desse tempo todo nas políticas de primeira infância. Apenas um dado técnico: essa discussão sobre como a gente processa uma boa ideia. Quanto à ideia de que o Cemei é uma inovação interessante e importante, todo mundo está de acordo. Como é que a gente estende isso para todo mundo, para todas as crianças? O princípio é o da equidade.

Então, precisamos pensar em entender quem mais precisa primeiro. E atender quem mais precisa com os recursos alocados ali. É por isso que a minha preocupação é de que o projeto me parece interessante, porque ele olha para a dimensão da vulnerabilidade social dos territórios. O que me parece que o projeto está propondo é que nos territórios de alta vulnerabilidade, a gente priorize a extensão da jornada no atendimento de quatro a cinco para todo mundo, ou seja, todas as crianças que vivem naqueles territórios e estão atendidas nos Cemeis, terem o direito de dez horas de atendimento. Claro que isso vai trazer repercussões na jornada dos professores, na organização da unidade, mas acho que isso é uma construção que

tem de ser feita com a categoria, com a Secretaria de Educação, preservando o melhor interesse da criança.

A SRA. JANAINA LIMA – E eu acho, só para finalizar e agradecendo, obviamente a gente tem consciência. Ninguém quer mexer na vida do professor, sem ouvir, sem o dialogo. Estamos aqui para construir a melhor forma. Então, temos um desafio. Precisamos atender essas crianças mais vulneráveis. Então, isso é o que precisamos alcançar. O “como” faremos isso é o desafio de uma política de estado, que temos de estabelecer passo a passo. Estamos com essa humildade, com esse desejo de construir com todos, trazendo o melhor de cada um, para que saia uma política de verdade transformadora na nossa cidade.

O SR. PRESIDENTE(Professor Toninho Vespoli) - Antes de chamar os oradores inscritos, Janaina, gostaria de falar de um ponto do projeto que me chamou a atenção e praticamente as pessoas quase não tocaram sobre tal ponto até agora, porque a gente fala de qualidade. Eu acho que é isso que vocês, quando pensam nesse projeto, é o de proporcionar isso para a população, principalmente, as crianças e adolescentes.

Mas, assim, eu acho... não estou falando isso para me vangloriar, mas acho que sou o vereador que mais visitou unidades. A minha equipe, eu acho que foi a que mais visitou unidades na cidade. Visitamos em torno de 20 unidades por semana, se não for mais. Visitamos a redes diretas e a rede indireta. Então, é visível, mas muito visível, mas muito visível, qualquer um que ande na rede direta ou indireta, verá que a qualidade da educação da rede direta é muito, mas muito superior. É superior na questão que foi falada, da formação dos professores. E não estou falando: “Ah, os professores da rede indireta”. Não. É porque eles têm de trabalhar durante um horário extenso, não têm nem condições, às vezes, de fazer um curso ou fazer alguma coisa. Eles tem de fazer do próprio bolso deles. Ultimamente a Prefeitura vem dando formação para a rede indireta, mas de uma forma menor de carga horária para a rede direta, etc, por “n” razões. E quando o projeto fala que vai se poder colocar as ONGs filantrópicas e tudo mais, meu medo é esse. Se a intenção for de que tenha qualidade, e o que está na prática, mostrando que as

ONGs na rede direta tem uma qualidade menor por “n” motivos, é uma questão que, do meu ponto de vista, tem de ser debatida, quanto à qualidade. É uma preocupação minha.

Passemos aos inscritos. Chmarei uma pessoa ion-line e uma presencial, três minutos cada um. Então, *on-line*, Luiz Carlos Morais. O Luiz se encontra? (Pausa) Não? Presencial, Ivan Ferreira.

O SR. IVAN FERREIRA - Boa tarde a todes presentes.

Quero parabenizar o Professor Toninho pela presidência da audiência pública na Comissão; Vereadora Janaína; Alexsandro; todos os presentes; principalmente à diretoria do Sedin, que é o sindicato diretamente ligado.

Meu nome é Iva, como foi apresentado pelo Vereador. Faço parte do grupo Gestor do Fórum Paulista de Educação Infantil, também componho o Movimento Caravana da Educação, que são pessoas como eu, professores, no caso de educação infantil, agentes escolares, Auxiliares Técnicos de Educação.

Estamos sempre no chão da escola dialogando e, com isso, para não me alongar muito na minha apresentação, isso me causou estranheza, porque estamos sempre em diálogo com o chão da escola. E esse projeto de lei não passou por nenhum grupo ou nenhuma pessoa que a gente dialoga. E, quando chegou aqui, nos causou essa estranheza.

Eu, antes de entrar na rede municipal - hoje em dia meu cargo é lotado na EMEI Clarice Lispector, no Jardim São Luis, uma área de vulnerabilidade, como foi como foi mencionado pelo projeto - trabalhei também na Creche Oeste da USP. Hoje em dia se encontra ocupada, mas é uma creche - a Professora Suely Mello está aqui - que foi referência para o MEC durante muitas décadas. Inclusive, Claudete, está ocupada justamente por conta disso, porque a comunidade não aceitou que a reitoria passasse um trator na Creche Oeste da USP. Sabemos que mesmo dentro do mundo acadêmico a infância ainda é vista de maneira relegada.

E para a gente ter uma infância de qualidade - eu também faço parte do grupo Meta 5, que vai ser eternamente coordenado pela professora Lizete Arelaro, presente aqui. Como a própria professora Lizete sempre falou, não se faz política pública de qualidade; não se faz uma

educação de qualidade sem dinheiro. E, quando a gente olha para o PL, o meu estranhamento, Vereadora, é olhar para o PL. O Vereador Toninho até adiantou um pouco isso, como professor da educação infantil, como profissional da educação infantil, olhar para essa ampliação do conveniamento. Nós temos duas jornadas: Sou professor J30 em EME. Temos J40 e J30 no Cemei, como faria isso? Já temos projeto de lei que vemos como um avanço muito forte na Câmara Municipal sobre a terceirização das gestões. Então a gente já está sabendo de conversas da Prefeitura com Base do Governo, talvez a senhora estivesse até presente ontem na reunião, transformando a nossa carreira em subsídio. Então, assim, como a gente vai garantir a qualidade da infância, da classe trabalhadora nos locais de vulnerabilidade, se a gente vai perder o mínimo que a gente tem, que é, ao passar no concurso, a gente ter a chamada estabilidade?

Acredito que não seja o interesse de muitos dessa Casa, mas na prática estamos vendo cada vez mais - e eu falo isso com propriedade, porque sofri no bolso - políticas públicas que não valorizam quem está no chão da escola; que não valorizam nós, servidores. Por exemplo, o Sampaprev-1, o Sampaprev-2. Então, assim, não valorizaram. Esse é o diálogo que eu faço construindo com o PL aqui.

Para concluir, como que esse PL, na conjuntura política econômica que a Casa vive vai garantir qualidade para os Cemeis de rede direta continuarem?

E aí eu trago, para finalizar de vez, outra questão mostrando a importância do diálogo, sindical, mas também com o chão da escola, independente da questão sindical. Houve uma audiência pública sobre a educação infantil, recentemente, aqui, sobre as salas multietárias. O Tácio, nosso coordenador de Diei, ficou sem muitas palavras.

Hoje em dia, na rádio peão, assim chamado na Educação Infantil, já estão falando que as salas multietárias dos CEIs nem vão vingar para o ano que vem, só para EMEI, porque se conseguiu fazer um arranjo. Mas, no dia a dia da EMEI, a gente está vendo isso: que é muito dificultoso. Temos, sim, de olhar para a Infância, buscar políticas públicas, colocar os sujeitos de direito, que são as crianças, no centro da política. Mas, para isso a gente não pode quebrar o

estado, quebrar a máquina pública desviando mais dinheiro da verba pública direta para a rede conveniada.

Desculpem por me alongar até cinco minutos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Obrigado, Ivan.

Próxima oradora *on-line*, Ana Caroline Cardoso. (Pausa) Não está?

Então, outra pessoa presencial, Sra. Sheila Mendes, do Sedin.

A SRA. SHEILA MENDES - Bom dia a todos e todas.

Para começar, quero agradecer a aula que a Professora Claudete Alves nos deu. É importante a gente referendar quem realmente conhece e quem realmente fez. É muito importante isso.

Outra questão é que, enquanto Sedin, nós pedimos, eu mesma liguei para a Secretaria Municipal de Educação para participar do grupo em que estava sendo debatido o PL. Então, é importante registrar isso, fala-se muito do diálogo, mas nós não fomos autorizadas a participar do grupo de trabalho sobre o Cemei. Então, isso é importante de vocês saberem. Eu mesma liguei, falei com a responsável que estava conversando, que estava fazendo esse grupo de trabalho e nós não fomos autorizados a participar do grupo de trabalho que estava discutindo esse projeto dentro da Secretaria Municipal de Educação. Então, isso é importante deixar registrado.

Estamos aqui para dialogar. O Sedin sempre defendeu o Cemei, desde o início, então nós estamos sim defendendo o Cemei, vamos continuar defendendo, mas como uma política de estado e não uma política de governo, porque daí cada um que vem faz do jeito que acha que deve ser, que acredita que deve ser. Algumas perguntas ficam no ar.

Bom, se houve esse grupo de trabalho, os Sindicatos poderiam ter sido chamados, principalmente, o Sedin que é o sindicato que representa e trabalha pelos educadores da infância e pelas crianças, pelos bebês e crianças pequenas.

Como ficarão os acúmulos dos professores que trabalham nos Cemeis? Isso é uma das coisas que a rede está perguntando. O que é que vai acontecer? Um acúmulo ali dentro, o que é que vai acontecer comigo? Então, vou ser obrigada a sair de onde eu estou? Isso é uma das perguntas. Se não se conversa com a rede, as perguntas estão aí.

Outra coisa, pensamos muito de que vamos ampliar, vamos pôr integral, ok, é muito bacana o pensamento, o projeto, mas hoje vocês sabem que dentro do Cemei, então pensem a estrutura, só existem três pessoas para faxina, três pessoas para fazer a faxina do Cemei inteiro, bebês que são trocados, bebês, crianças pequenas que utilizam os banheiros o dia inteiro, três pessoas para faxina. Então, são coisas que a gente fica pensando, pensa-se numa educação integral.

Agora, sim, mais uma vez o Sedim vem dizer aqui que as nossas unidades de educação infantil não são depósitos de criança e não serão, nós vamos continuar lutando para que não sejam. Aquelas unidades de educação infantil são direitos da criança. Sabemos sim que os pais precisam, que as mães necessitam principalmente nesses territórios de vulnerabilidade, mas as unidades de educação infantil são direito da criança, não é da mãe que trabalha. Essa fala já passou, essa fala já foi, porque não somos da assistência social, podemos ter parceria com a assistência social, podemos, agora, temos limite.

A escola é até aqui. A assistência social depois para completar é isso, o diálogo é o que nós estamos pedindo aqui, é o diálogo, não mexam com a categoria, com a jornada dos professores, dos profissionais de educação, nós já estamos sofrendo tanto. Engraçado que agora os profissionais têm de ser valorizados, tem que pôr a carreira integral, exclusividade, mas no Sampaprev os profissionais foram vagabundos, era bomba, esse tipo de coisa. A gente pede o diálogo isso é o principal que a gente pede. Com a rede, com quem está no chão da escola, porque falar só com quem está na academia também não adianta, tem que falar com os doutores e mestres que estão no chão da escola.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Obrigado, Sheila, a próxima pessoa *on-line*, Gisele Santana Estevão. Vou chamar você novamente depois. Vou chamar outra pessoa *on-line*, Rosana de Toledo Siqueira Barbosa.

A SRA. ROSANA DE TOLEDO SIQUEIRA BARBOSA – Bom dia a todos os presentes e todas, realmente é com estranhamento que estamos recebendo algumas notícias do que vem acontecendo aqui na Câmara Municipal, sem o diálogo com a população. Ora, se na Constituição está a gestão democrática, nós enquanto gestores de escola estamos ouvindo as pessoas que estão na escola, estamos ouvindo a nossa comunidade escolar, é muito estranho que os senhores Vereadores não proporcionam a audição do povo, da base, dos sindicatos, das escolas. Muito esquisito isso, gente. Política pública exige o diálogo e aí vem esses projetos sem a conversa com as pessoas que realmente estão no chão da escola e que sabem o que está acontecendo. Quero agradecer essa oportunidade de estar falando porque às vezes nós somos, às vezes não, na maioria das vezes, a gente é podado de muitas coisas. Se diga por várias situações que ocorreram como o Sampaprev, colocam a polícia em cima, trata a gente muito mal. O que é isso, gente? Que eu saiba, está para servir a população, população são as famílias das crianças que estão na escola, são os gestores, são todos que trabalham dentro de uma escola, as equipes de limpeza, enfim, todos aqueles. E eu vejo que não tem conversa, nem com a equipe de apoio ao atendimento dessas crianças e bebês.

Há quanto tempo que não tem formação para essas pessoas e aí lança-se um projeto, mais uma vez de cima para baixo, sem o diálogo com as bases que estão no chão da escola. É isso que eu queria dizer.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Obrigado, Rosana, presencialmente o Sr. Eduardo Kennedy, do Sedin.

O SR. EDUARDO KENNEDY – Boa tarde a todos. Meu nome é Eduardo, sou professor de Educação Infantil há 16 anos na rede, então eu posso falar com um pouco de propriedade sobre o chão da escola. Eu ingressei na rede, no primeiro concurso que foi feito para professor de educação infantil, na época era professor de desenvolvimento infantil, e vou dizer

uma coisa: a educação na cidade de São Paulo tem de ser pensada como uma política de governo ou de estado, temos que pensar o que queremos. Quando você pensa com uma política de governo a história está cheia de exemplos, de políticas de governo, que deram errado, políticas de governo que afundaram cidades, países, temos que pensar numa política de estado, temos que pensar numa política e, no futuro das nossas crianças, e como é que nós fazemos isso? Com discussão, fazemos isso com conversa, fazemos isso com pensamento.

Por exemplo, o projeto político pedagógico de uma escola e aí vou explicar para quem não conhece como é que ele é constituído. Ele é constituído a várias mãos pela sociedade, pelos professores que trabalham ali pela gestão, pela Secretaria de Educação e, a partir do momento que você tem uma política de governo, você não tem mais esse tipo de coisa. Outra coisa que temos de pensar é que na cidade de São Paulo e, como a Vereadora já citou, a nossa educação infantil do CEIS é de excelência, da rede direta, ela falou que o atendimento na idade de CEI, dentro do CEMEIS, é muito bom.

Olha, vamos entender isso a faixa etária da EMEI? Olha, vamos fazer, mas vamos dialogar, vamos conversar. A jornada do professor de CEI J30, ela não acaba com o acúmulo do professor. Ela não dificulta a vida do professor que tem que trabalhar em duas, três escolas para ter um salário digno. E agora a Prefeitura vem com a história do subsídio. Olha, já vazou, estamos sabendo.

Então, temos que ficar de olho no que está acontecendo, porque, como valorizar o professor? É pagando um salário digno, nenhum professor sai de casa de manhã querendo acumular. Um professor quer um salário digno, realmente ele quer isso, ele não quer acumular, trabalhar em duas, três escolas, ele não quer trabalhar no final de semana. O professor quer fazer um trabalho por excelência e de excelência recebendo um salário digno. Só que hoje infelizmente a gente não consegue fazer isso na cidade de São Paulo, em que você tem um orçamento maior do Brasil, dentro dos municípios e paga um salário muito pequeno.

Temos de pensar também como é que a gente vai fazer no futuro. As crianças são o nosso futuro, temos de pensar nisso, todo o dinheiro investido é investimento, não é gasto, está

cheio de exemplos das escolas conveniadas. O Vereador Toninho acabou de citar escolas conveniadas, cheias de dificuldades que não chegam perto da rede direta. Então temos de ampliar a rede direta, de que forma? Concurso público, pagando salários atrativos, salário não é subsídio. Então, deixo a minha mensagem e agradeço a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Tem a palavra o senhor Christian, da EMEI Bertha Lutz.

O SR. CHRISTIAN SZNICK – Primeiramente, agradeço as suas palavras, Vereador Toninho Vespoli, na sua pessoa, eu saúdo a Mesa e agradeço as pessoas presentes, presentes para o diálogo, esse é o nosso principal objetivo de estar aqui.

Como muitos falaram do seu local de fala, eu falo do meu local de fala. Atualmente sou Diretor de Educação Infantil EMEI, mas já fui assistente de Diretor em CEI e diretor de CEI, além de professor. Então, é um território que conheço bastante, pegando desde a região da zona sul e agora na zona norte, por que que eu trago isso? Analisando o projeto como está colocado ele tem realmente algumas situações que não podemos aprovar. Eu sou diretor sindical, sou diretor do Semesp, a gente é muito contrário ao projeto, várias partes.

Vamos à uma delas, no artigo 3º, que foi até citado por algumas pessoas, mas vamos esmiuçar, que fala em fazer parcerias com instituições convencionais e outras instituições isso lembra muito uma prática que tivemos na rede municipal que ainda existe. Nos anos 90 que começou que foi o conveniamento das escolas da rede direta. Os prédios da rede direta passando para rede parceira. A grande questão que nós temos é que estamos no momento democrático. Essas escolas não têm conselho de escola, ou seja, não tem a participação da comunidade nas unidades educacionais, esse é um ponto.

Outro ponto, que é muito forte, é a forma como se fazem essas parcerias. Falar de parceria com a saúde é muito bom, mas como será a questão do financiamento dessas parcerias, sobretudo, quando se fala, por exemplo, da questão desde o pré-natal até os atendidos como será isso? É verba da educação? É verba da saúde? Então, temos essa preocupação também. Parceria vai muito bem aqui onde sou o diretor, nós fazemos parceria com as unidades de saúde,

temos a parceria com a UPA e UBS, agora vai ser somente uma questão que os EMEIs vão ter isso? Vão se criar duas redes?

Por fim, uma coisa importante a ser colocada é essa questão de estruturas de cargos. A carreira foi uma luta construída. Existe uma 14.660, na época, foi discutida na categoria como um todo. Ela pode ter muitas coisas a serem melhoradas, mas se fazer um projeto que se altera a jornada dos profissionais de educação, lembra muito um projeto que está em vigor em outro ente Federado, que é o Governo do Estado. Então, as escolas têm tempo integral do estado, que se colocou uma diferenciação dos servidores. E aí você cria duas redes dentro de uma. Então, o projeto tem diversos itens e não temos como ser favoráveis.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Tem a palavra a Sra. Márcia Fonseca Simões.

A SRA. MÁRCIA FONSECA SIMÕES – Boa tarde a todos e todas, aos Vereadores presentes, aos que nos assistem. Eu sou Márcia, estou aqui representando o Conselho de Alimentação Escolar e também sou dirigente do Sinesp.

Quero retomar duas falas, uma sua Vereador Toninho, sobre a questão da diferença entre seres conveniados e seres diretos. Nós do CAI também fazemos visitas a todas as unidades escolares e percebemos a importância sim de um corpo docente e de uma estrutura que seja mais perene, que respeite as normas, ainda que haja problemas na rede direta.

E fala também do professor Alessandro, sobre a questão do direito da criança, então a verba pública tem que ser bem usada, e usada a favor da criança, então o que nos preocupa enquanto o conselho de alimentação escolar, é a garantia dessa qualidade. Nós não nos opomos quando entendemos que esse período da criança a mais na escola é sim de fato positivo, o que nos preocupa e que vemos hoje nos Cemeis, e isso é fato, é que não há estrutura. E não havendo estrutura o corpo docente completo, o número de ATEs completos, o número de coordenadores pedagógicos que atendam de fato a tudo isso, a equipe de cozinha, no caso que não tem na rede, a equipe terceirizada.

Isso não garante qualidade, você amplia o tempo, mas você não garante qualidade. Você de fato não está implementado essa educação a que essa criança faz direito. Viemos aqui reforçar isso, esse olhar que pode parecer simples, mas para quem está na rede, eu que estou a 35 anos, sabemos como essa história. E esse tipo de projeto, às vezes, por mais que tenham arcabouço que pareça com pessoas tão bem-posicionadas, precisa ser lapidado e, como servidora pública, dinheiro público tem que ser usado para o público.

O SR. PRESIDENTE (Professor Toninho Vespoli) – Tem a palavra a Sra. Joélia, do Sedin.

A SRA. JOÉLIA RODRIGUES DOS SANTOS AGUIAR – Boa tarde, na presença do vereador Toninho, cumprimento a todos e aos que nos acompanham em casa. Eu sou Joélia, estou na presidência do Sindicato da Educação Infantil, Sedin. Assustou-me quando eu li o projeto, mesmo parecendo ter uma boa intenção, tem coisas nele que colocam em risco a educação infantil. É preocupante para todos que estão aqui, que nos acompanham da área de educação, o risco de fragilizar para uma suposta terceirização.

A Claudete explicou muito bem, porque a Claudete é a história da educação infantil viva. Quando ela fala do atendimento integral na rede, na educação infantil, ele existe. O Centro de Educação Infantil atende integralmente e as EMEIS, onde tem necessidade, as regionais de educação já tem esse atendimento para as crianças de quatro a cinco.

Então, não é uma novidade. Mas eu achei a forma com que isso está sendo construído totalmente autoritária. Os GTs de discussão não incluíram os profissionais, de educação, os sindicatos de educação. E quando mencionamos, ficamos sabendo de um bochicho aqui e ali; inclusive, pela Secretaria de Educação, foi negado o que estava acontecendo. Então, esse tratamento dado à educação municipal de São Paulo, feito através dos gabinetes, através de algumas propostas que chegam a esta Casa a alguns Vereadores, está se dando de forma autoritária, sem discutir, sem debater, sem incorporar realmente quem está no chão da escola.

Eu visito escolas. Fui visitar os Cemeis, estou visitando desde o início do ano. Ontem mesmo eu estava em uma. Há uma demanda gritante, uma falta de 32 CPs. É gritante, é alarmante. Um CP trabalha 8 horas. Ele entra e, desde o primeiro horário até o último horário, só consegue fazer a formação dos profissionais. Por que não se fala disso por exemplo? Já encaminhamos à Secretaria Municipal de Educação, já viabilizamos por todos os meios. Mandem, nem que seja de modo precário, até o concurso público. Isso é garantir a qualidade do atendimento às crianças, e não se impor que é obrigatório o atendimento de 8 horas para essas crianças, porque a escola é um direito da criança, uma opção da família e um dever do Estado. Quando o pai não faz essa opção do atendimento integral, não sou eu, não é um Vereador, não é um Prefeito que tem que dizer que vai ser assim. Isso tem que ser dialogado, amplamente discutido, debatido com quem está no chão da escola, com os fóruns, com os sindicatos. E fomos excluídos. Sabem qual é a nossa preocupação? Nosso medo? De que dentro desse autoritarismo venha a terceirização, e acabe a única coisa boa, de qualidade na rede municipal de educação infantil. Não podemos, Vereador Toninho, permitir. Temos que dialogar, modificar. Porque, mesmo parecendo haver uma boa intenção, pode ser um tiro no pé.

Só vou falar rapidamente sobre o CEI Jardim Catanduva, onde estive por conta de uma denúncia de que não havia crianças. Fui visitar o CEI e a região. O que descobri? Que havia 12 Centros de Educação Infantil conveniados que esvaziaram um Centro de Educação Infantil com a qualidade que vocês sabem que é a melhor; aí, passa-se essa demanda para um parceiro. Isso é a terceirização da educação da rede pública. A preocupação é essa.

Então, se a gente puder contribuir na construção, se houver necessidade de alguma alteração, queremos ser convidados. O Sedin, o Sinesp, todos os sindicatos vão em defesa do direito ao atendimento de qualidade para as crianças, mas não excluindo o direito dos profissionais que lá estão.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Toninho Vespoli) – Obrigado, Joélia. Próxima e última oradora *online*, Sonia Regina Alexandre. (Pausa) Não está presente. (Pausa) Vereadora Janaína, que fazer suas considerações finais?

A SRA. JANAÍNA LIMA – Vereador Toninho, agradeço muito a sua disposição de estar aqui conosco durante todo esse período. Agradeço a todos os cidadãos que participaram e a todos os educadores. Quero fazer um agradecimento ao Alexsandro, se não o maior, um dos maiores presidentes que a Escola do Parlamento, desta Casa, já teve; um grande profissional da educação, um defensor de ideias. Acho que é por isso que estamos aqui, não para falar de pessoas, mas de ideias, e de ideias que possam mudar a vida das pessoas. Penso que é esse o grande desafio em uma Casa de debates, democrática.

Então, reitero a minha disposição ao diálogo, agradecendo todas as contribuições oferecidas nesta audiência pública, que é um espaço democrático, separado da Casa do Povo, para a construção desse projeto. Eu desconheço algumas situações que aqui foram elencadas, mas estamos aqui para ouvir a todos, e isso foi feito de uma forma muito especial por meio da condução do Vereador Toninho Vespoli, a quem eu registro meu agradecimento.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Toninho Vespoli) – Janaína, acho que faz parte um pouco das angústias que a gente escuta de várias falas a partir das visitas que fizemos. Eu não sou responsável, nem você, nem a Câmara Municipal; no caso, seria o Executivo. Parece que falta quase tudo nas unidades: faltam AVEs, não há estagiário, nenhum dos dois tipos de estagiário. Quanto aos módulos de professor substituto - que, quando falta um, outro substitui -, é raro uma unidade que tenha um professor de módulo. E, também, a limpeza nas unidades: são 3 funcionários em todas as unidades. E ainda há três períodos: manhã, tarde e noite. A EJA, por exemplo, tem 3 pessoas para limpar a unidade. Está acontecendo tanto coisa, que, quando se chega à unidade,... A gente está vivendo um momento que eu nunca pensei. E não é culpa nossa do Legislativo, mas do Executivo.

Então, acho que as pessoas estão muito angustiadas, e com razão, de ver nossas unidades dessa maneira. Temos tentado dialogar com a Secretaria. Conversei com o Secretário-Adjunto Bruno, que me pareceu também bastante preocupado. Entregamos umas demandas a ele, que pelo menos foi atender. Nós dissemos: “A escola está para cair”. Falávamos para os outros, e eles nem nos escutavam.

A SRA. JANAÍNA LIMA – O atual Prefeito – não é, Toninho? – foi Vereador conosco por quatro anos. E o Ricardo sempre teve um compromisso muito grande com a educação. Eu acho que a gente tem total espaço para apresentar, para conversar...

O SR. PRESIDENTE (Toninho Vespoli) – Sim, para dialogar com ele.

A SRA. JANAÍNA LIMA – O compromisso com a educação, da parte dele, também existe. Acho que esse é o momento que nós vivemos. Essa pandemia não foi fácil. Tudo o que a gente enfrentou não foi brincadeira. Acho que a gente vai viver um novo momento agora. Pelo fato de São Paulo ter-se tornado a capital da vacina, ter-se tornado uma referência nisso e conseguido controlar essa pandemia, acho que todas as políticas, principalmente as da educação, terão toda a atenção do mundo por parte do atual Prefeito.

O SR. PRESIDENTE (Toninho Vespoli) – Eu tenho certeza disso, de que o Ricardo vai olhar para a educação. Mas o fato é que quem está na unidade está se sentindo totalmente desassistido. Às vezes, há coisas que podem nem chegar ao Ricardo. É um pouco isso. Eu até entendo bastante a preocupação das pessoas por conta da realidade do dia a dia.

Então, é isso. Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente audiência pública.

Muito obrigado.